



CONCEPÇÕES DE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

João Andrei Dantas ¹

RESUMO

As concepções de gestão democrática é bastante debatida e discutida seja no âmbito acadêmico e principalmente no âmbito escolar, essa discussão busca proporcionar na educação de qualidade, envolvendo todos os agentes da comunidade escolar no processo educativo. O trabalho busca refletir sobre a gestão democrática e suas possibilidades no contexto educacional, buscando desmistificar os métodos tradicionais, e trazendo a comunidade escolar para a sua participação efetiva na gestão educacional, dando voz e representatividade a todos, onde as decisões e desafios sejam partilhados, e a comunidade escolar tenha participação contribuindo nas decisões da gestão, buscando integrar de forma efetiva a comunidade à gestão escolar.

Palavras-chave: Gestão democrática, participação, gestão.

INTRODUÇÃO

O tema gestão democrática no contexto atual tem sido bastante debatido. Quer seja nos espaços escolares, nos meios acadêmicos e em diversos trabalhos científicos, todos eles discutem a importância da gestão democrática para que a escola possa proporcionar um ensino de qualidade, respeitando a heterogeneidade e a individualidade da comunidade escolar. Uma escola na qual a participação de todos os seus agentes seja o principal foco do processo educativo.

Tendo em vista a importância dessa temática, esse trabalho visa refletir sobre a gestão democrática e suas possibilidades no contexto educativo, no que diz respeito a desmistificar as práticas tradicionais que ainda permeiam as instituições educacionais brasileiras.

Esse estudo foi baseado em uma revisão bibliográfica de autores renomados nessa temática, em que foi possível compreender ações democráticas que contribuem diretamente com todos os sujeitos que participam desse processo.

¹ Mestrando pela Universidad Autónoma de Asunción - Paraguay, joaoandrei13@gmail.com



METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Este trabalho é um estudo com revisão de literatura nas bases de dados indexadas, visando buscar artigos relacionados com o tema proposto para análise e descrição sobre métodos e resultados, procurando por fatores que ajudam a desencadear as dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar. Para a análise bibliográfica foram recuperadas as publicações disponíveis em revistas e em repositórios de congressos ou conferências, livros, dissertações e teses.

A revisão bibliográfica foi dividida em três etapas: Escolhas das palavras-chave para realização da busca pelos descritores; Leitura do resumo dos artigos selecionados: para filtrar os artigos da pesquisa, os resumos de todos os artigos buscados na etapa anterior foram lidos, selecionando apenas os que realmente fossem essenciais à proposta do trabalho; Leitura dos artigos: todos os artigos foram lidos e seus dados sistematizados.

Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica trata-se de um levantamento de informações e conhecimentos acerca de um tema a partir de diferentes materiais bibliográficos já publicados, colocando em diálogo diferentes autores e dados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o avanço industrial surgiram novos métodos administrativos e também pedagógicos, e nessa trajetória observa-se a contribuição das teorias organizacionais com a administração escolar, isso porque com a expansão da indústria, a escola passa a ter uma demanda maior de cidadãos inclusos em seu espaço, cuja função também é prepará-los a viver nesse novo paradigma. Para Oliveira (2014, p. 24), um dos papéis da escola é o de socializar conhecimentos, mas também de preparar os seus agentes para o mercado de trabalho:

Se aceitarmos que uma função primordial da escola é a socialização para o trabalho e assim o faz não apenas a maioria dos estudiosos da educação, mas também seus agentes e seu público saltam aos olhos as necessidades de compreender o mundo do trabalho para poder dar a devida conta da educação.

Nos dias atuais, a escola é vista como uma instituição do desenvolvimento de relações humanas e por isso precisa estar atenta à nova geração que vem se formando. Geração essa que vive permeado de tecnologias, com acesso as informações de forma instantânea. Com isso, nasce o comprometimento da escola no sentido de dialogar e debater com os estudantes os problemas que afligem a sociedade, contribuindo para a formação de novas mentalidades.



Agindo assim, essa nova geração serão pessoas tolerantes, que respeita as diferenças, os limites de cada um, bem como, de incentivá-los a propor mudanças que comungue com a ideia de um mundo melhor. Esse modelo de sociedade exige um paradigma de educação no qual o ser humano não privilegie culturas, mas deva estar aberto à convivência pacífica; daí a importância de uma gestão educativa democrática e compromissada com uma comunidade em que as desigualdades sociais são bastante visíveis. Libâneo (2004, p. 104) cita que:

Numa escola existem, pois, vários tipos de liderança. Entretanto, não se pode negar que, mesmo na gestão democrática efetivada de forma cooperativa e participativa, o funcionamento e a eficácia da escola dependem em boa parte da capacidade de liderança de quem está exercendo a direção e a coordenação pedagógica.

Veiga (1997, p. 18) entende que:

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores.

A gestão democrática escolar nasce como parte de um processo mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira, garantida pela Constituição Federal no Art. 206 e contemplada na LDB. Ambas as leis se apresentam como alternativas para superar o modelo de gestão centralizadoras e antidemocrática que se perpetuou durante década da história da educação brasileira e se constitui como uma forma e apontar-se novas organizações de práticas descentralizadas e participativas tendo como foco o diálogo. “Esse padrão legal que vem a ecoarem na forma de proposta de gestão da educação vem a se afirmar em meados de 1995, que se inicia a implantação das diretrizes para a democratização dos sistemas escolares e da gestão das escolas” (Marques, 2012, p. 1178). Com isso, a implantação de políticas democráticas na gestão escolar não envolve somente a decisão de seus gestores, mas de todo o conjunto de seus membros. E sendo assim, o ponto de partida para caminhar para a democratização da escola é buscar o conhecimento crítico da realidade na qual ela se insere, para superar os desafios que a mesma está passando. Paro (1997, p. 12), comenta que:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos.

Uma gestão nessa ótica poderá reverter às relações de poder entre as pessoas, bem como promover a construção e uso das estruturas físicas e a utilização dos recursos tecnológicos. Agindo assim, surge uma organização com potencial para realizar a gestão de pessoas e de recursos em um ambiente sistemático de aprendizagem. Dentro dessa perspectiva o gestor passa a ser aquele profissional que precisa tomar decisões precisas que o leve a ser um bom líder, apto a gerir as demais competências que a sociedade escolar requer. A esse respeito, Paro (2007, p. 111), corrobora e cita que:



Num momento da história em que os valores criados e sustentados pelo homem conseguem dar conta da necessidade e possibilidade de os vários sujeitos (individuais e coletivos) conviverem de maneira livre e pacífica, ou seja, democraticamente, respeitando e afirmando a condição de sujeito de todos, pode-se considerar que a dimensão social da educação deve referir-se obrigatoriamente a formação da cidadania.

Rocha (2013) cita que, o conceito geral de competência adotado por muitos, consiste em saber atuar com responsabilidade integrando recursos, inclusive o “conhecimento”, no sentido de aprender a aprender, com o propósito de agregar valores aos indivíduos e a organização. Para Morin (2011, p. 20):

O conhecimento não é um espelho das coisas ou do mundo externo. Todas as percepções são, ao mesmo tempo, traduções e reconstruções cerebrais com base em estímulos ou sinais captados e codificados pelos sentidos. Daí resultam, sabemos bem, os inúmeros erros de percepção, que nos vêm de nosso sentido mais confiável, o da visão. Ao erro de percepção acrescenta-se o erro intelectual. O conhecimento por meio de palavra, de ideia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro.

Nesse sentido, as relações entre o processo de produção do conhecimento e a educação são percebíveis, isso porque está se vivenciando na contemporaneidade, a sociedade do conhecimento ou também chamada sociedade da informação. Para tal processo, necessita-se de pessoas capazes de aprender a “fazer” na coletividade, respeitando as mais diferentes ideias e culturas no ambiente escolar, dito de outra forma, precisa ser democrático e atuante.

Na concepção de Paro (1996, p. 151):

A possibilidade de uma administração democrática no sentido de sua articulação, na forma e conteúdo, com os interesses da sociedade como um todo, tem a ver com os fins e a natureza da coisa administrada. No caso da Administração Escolar, sua especificidade deriva, pois: a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam (...) a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos (educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista.

Nesse contexto, emerge-se que a gestão escolar foque em ações democráticas para que a mesma possa cumprir seu papel social frente a era da inclusão social, em parceria com todos que compõem o âmbito escolar. Essa participação, contudo, só se efetivará de acordo com, Paro (2005), com a valorização da atuação de vários agentes em todas as etapas do processo de gestão; incluindo, os pais e os alunos. Assim partindo-se da análise geral da gestão escolar, torna-se necessário afirmar que, uma gestão democrática precisa incentivar à presença dos pais nos plantões pedagógicos, garantindo-lhes ausentar-se do trabalho, por meio de declarações e parcerias com as empresas, acordo esse, respaldado por Lei Federal, a fim de que esses possam se inserir de maneira mais forte no cotidiano da gestão escolar.



Na perspectiva de Gadotti (2014, p. 04) à gestão democrática deve:

[...] estar impregnada por uma certa atmosfera que se respira na escola, na circulação das informações, na divisão do trabalho, no estabelecimento do calendário escolar, na distribuição das aulas, no processo de elaboração ou de criação de novos cursos ou de novas disciplinas, na formação de grupos de trabalho, na capacitação dos recursos humanos, etc. A gestão democrática é, portanto, atitude e método. A atitude democrática é necessária, mas não é suficiente. Precisamos de métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Partindo-se desse princípio, conclui-se que um gestor democrático precisa além de ser um líder, também um bom articulador. Um profissional capaz de relevar determinadas atitudes, ter conhecimento as leis que regem o país, e acima de tudo respeitar as diferentes opiniões que se dissipam no ambiente escolar. Ele é um o principal agente responsável pelo bem-estar de todos dentro do contexto escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no estudo, o papel da escola, mediante conceito democrática, é construir o conhecimento baseados nas relações humanas, buscando formar essa nova geração pessoas que respeitam as diferenças.

A gestão democrática vem sendo discutida a bastante tempo e também sancionada em algumas leis, especialmente a Constituição Federal. Em outras palavras, a gestão democrática é um seguimento redemocrático das práticas educativas que permite envolver toda a comunidade escolar na tomada de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sinaliza que é possível acreditar que uma gestão democrática nas escolas públicas é possível, desde que, quem está à frente da escola, nesse caso, o gestor esteja disposto a quebrar paradigmas acreditando nas potencialidades e uma escola fundada nos princípios democráticos

Sugere-se que uma escola que se diz democrática, antes de tudo, deve saber trabalhar na coletividade, levando em consideração que a participação é ponto chave nesse processo.

Reforça-se que é preciso rever a questão da participação coletiva na tomada das decisões dentro da escola. Nessa ótica espera-se que esse estudo possa contribuir de maneira significativa com o campo acadêmico, pois acredita-se que ao analisar o processo de instauração da gestão



democrática e da sua importância no contexto educacional pode-se estar contribuindo com ideias para estudos e projetos futuros que garantam uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer ao ser Supremo pelo dom da vida, além de nos da capacidade para produzirmos, a minha família pelo apoio incondicional, meus Pais que me deram à vida com tanto amor e me ensinaram a viver com dignidade, mesmo com a partida do meu pai para o plano superior sua presença ainda é sentida, a minha esposa, companheira e amiga Quezia por seu amor, seus incentivos, suas alegrias e participação em cada passo acadêmico; as minhas filhas Letienne e Sophi, jóias de minha vida, que com sorrisos e abraços, fazem minha vida alegre e prazerosa.

Aos mestres e doutores, por mim oferecerem as possibilidades de consolidar as bases de nossos conhecimentos para o nosso crescimento intelectual e profissional, especialmente ao meu orientador o Doutor Daniel González González, a minha co-orientadora Mestre Marta Suely Alves Cavalcante e a todos e todas que fazem a Universidad Autónoma de Asunción.

REFERÊNCIAS

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola. **Goiânia: alternativa**, p. 123-140, 2001.

MORIN, Edgar et al. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Cortez Editora, 2014.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari. A LDB e o contexto nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos-1988 a 1996. 1997.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 3, p. 763-778, 1997.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. Papyrus, 1996.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. Cortez Editora, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?. **Cadernos Cedes**, v. 23, n. 61, p. 267-281, 1997.